Unidade Nacional Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias O8 de julho de 2019 - Nº 668 - www.sindipetrocaxias.org.br

QUEM QUER PAZ SE PREPARA PRA GUERRA

A FUP e seus sindicatos

deliberaram na última sextafeira, 05, pela rejeição da segunda contraproposta que a Petrobrás apresentou na semana passada.

A direção da FUP em esforço conjunto com a direção da FNP participaram nas últimas semanas das rodadas de negociação com a empresa, na busca pela manutenção das conquistas e direitos do atual Acordo Coletivo

de Trabalho e por um reajuste salarial que mantenha o poder de compra da categoria além de um acordo digno que não seja rebaixado, como a empresa vem insistindo.

"A contraproposta é uma afronta aos petroleiros e petroleiras e às entidades sindicais e nós não podemos aceitar isso", afirma o coordenador da FUP, José Maria Rangel, alertando para os trabalhadores e os gestores da Petrobrás se prepararem. "Quem quer paz, deve estar preparado para a guerra".

Sendo assim, a direção do Sindipetro Caxias convoca todos os trabalhadores da REDUC, TECAM, UTE-GLB e ECOMP-Arapeí para participarem das assembleias de apreciação do documento de acordo com tabela e edital abaixo. A participação de todos é de extrema importância na garantia dos direitos.

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Duque de Caxias - CNPJ: 29.392.297/0001-60 Reconhecido em 26 de Março de 1962 - Rua José de Alvarenga, 553 -Duque de Caxias/RJ -CEP.25.020-140 Tel.: 3774-4083 / 3848-0362 / 3848-0468 / 2672-1623 - secretaria@sindipetrocaxias.org.br | imprensa@sindipetrocaxias.org.br

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, conforme Art. 12, parágrafo 2 do Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Duque de Caxias, situado na Rua José de Alvarenga, 553/Centro, o Presidente convoca todos os trabalhadores que compõem a base de representação do Sindipetro Caxias, REDUC, TECAM, UTE-GLB e ECOMP-Arapeí a comparecerem à assembleia conforme tabelas em anexo, para aprovar o seguinte ponto de pauta:

Rejeição da 2ª proposta de renovação do ACT 2019-2020.

REDUC				
DIA	GRUPO	HORÁRIO		
10/jul	В	7H		
11/jul	С	15H		
12/jul	Е	7H		
12/jul	H.A	7H30		
16/jul	Α	7H		
16/jul	D	15H		

UTE-GLB			
DIA	GRUPO	HORÁRIO	
09/jul	E/B	15H	
11/jul	H.A	7H30	
12/jul	С	15H	
17/jul	D/A	15H	

١	TECAM		
	DIA	GRUPO	HORÁRIO
	09/jul	A/B	15H
	15/jul	D/E	7H
	15/jul	H.A	7H30
	15/jul	С	15H

ECOMP - ARAPEÍ				
DIA	GRUPO	HORÁRIO		
18/jul	H.A	12H		
SINDIPETRO CAXIAS				
APOSENTADOS E PENSIONISTAS				
17/jul às 10H				

Duque de Caxias, 08 de julho de 2019 Simão Zanardi Filho | Presidente



A saída é coletiva

Covardia. Essa é a palavra que sintetiza a postura da gestão da Petrobrás ao negar direitos básicos para os trabalhadores terceirizados, liberar demissões em massa e criminalizar a liberdade e autonomia sindical.

Na reunião do dia 02 com a empresa, a FUP e a FNP discutiram segurança no emprego, relações sindicais e terceirização e voltaram a defender a manutenção dos direitos pactuados no atual Acordo Coletivo de Trabalho. A Petrobrás, no entanto, insiste em acabar com 15 das atuais 17 cláusulas dos capítulos que tratam destes pontos.

A intenção dos gestores, como as direções sindicais vêm alertando, é rebaixar o ACT para deixar o caminho livre para a privatização, sem garantia de direitos, nem de empregos.

Só nas refinarias colocadas à venda, são quatro mil trabalhadores próprios que estão com seus



empregos em risco. Somamse a estes os trabalhadores da Transpetro, cujos terminais e dutos também estão sendo vendidos, bem como os terceirizados e o pessoal de escritório e logística.

O Acordo Coletivo, que vem sendo renovado na luta pela categoria desde 2013, tornouse peça fundamental na disputa ideológica que a gestão está travando com os trabalhadores. O recado foi dado quando a empresa

tenta dizimar capítulos inteiros, como os de segurança no emprego e de relações sindicais.

Nesse processo de desmonte do Sistema Petrobrás, não tem saída individual, quem acha isso está terrivelmente enganado. Nossas conquistas foram garantidas de forma coletiva e na luta e é assim que resistiremos a estes tempos sombrios.

A saída não é individual, a saída é coletiva.

Relatório da 'reforma' da Previdência é aprovado e contém medidas CONTRA os trabalhadores

Por 36 a votos a 13, os deputados federais que integram a Comissão Especial da Câmara que discute a "reforma" da Previdência aprovaram o relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), com mudanças no texto que reforçam a intenção do governo Bolsonaro de impor aos trabalhadores a conta do déficit fiscal do Estado.

Apesar da oposição ter garantido a manutenção dos Benefícios

de Prestação Continuada (BPCs), a preservação dos recursos do BNDES e a proteção para trabalhadores rurais, a proposta continua penalizando a classe trabalhadora.

As medidas aprovadas no relatório acabam com a aposentadoria por tempo de contribuição e institui a idade mínima para as mulheres de 62 anos, com pelo menos 15 anos de contribuição; e de 65 anos para o homens, com 20 anos de contribuição.

Para se aposentar com benefício integral, será necessário contribuir por 40 anos.

Ainda serão votados os 109 destaques feitos no texto, sendo 85 individuais e 24 de bancadas. Depois disso, o texto será votado no plenário da Câmara em dois turnos. Serão necessários 308 votos para a sua aprovação. Se aprovada, a reforma segue para o Senado, com votação também em dois turnos.

Unidade Nacional Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias - Rua José de Alvarenga, 553 - CEP: 25.020-140 - Centro - Duque de Caxias/RJ - Tel.: (21) 3774-4083 / 3848-0362 / 3848-0468 / 2672-1623 | As informações veiculadas neste informativo são de inteira responsabilidade da diretoria do Sindicato | Site: www.sindipetrocaxias.org.br - E-mail: imprensa@sindipetrocaxias.org.br - Jornalista: Mariana Bomfim - Diagramador: Rafael Oliveira - Impressão: Sindipetro-Caxias - Tiragem: 1.500 exemplares

3

Por que o preço dos combustíveis se tornou um tema do dia a dia do brasileiro

Por José Maria Rangel

Nos últimos três anos, a classe trabalhadora e, de forma mais geral, o povo brasileiro passaram a encarar no seu dia a dia uma questão que não enfrentavam havia muito tempo: o aumento do valor e da volatilidade dos reajustes do diesel, da gasolina e do gás de cozinha.

O marco dessa tragédia foi a chegada à presidência da Petrobras do ex-ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, Pedro Parente. O novo presidente, logo após assumir a gestão da companhia, colocou em prática uma política de preços cujo parâmetro de reajuste era o valor do barril internacional do petróleo ponderado pelos custos de transporte e taxa de câmbio. E mais: além de tomar como referência o preco internacional, Parente impôs uma frequência muito maior nos reajustes de preços, que chegaram a ocorrer diariamente. Além da nova política de preços, a Petrobras diminuiu sua produção de refino forçando a entrada de produtos importados. A crença era de que a concorrência poderia jogar o preço da gasolina, do diesel e do gás cozinha lá embaixo.

O resultado, todavia, foi diferente. O que se viu foi a população brasileira passando a sofrer todos os dias com a volatilidade dos preços internacionais, em função da dinâmica do mercado financeiro global e da geopolítica do petróleo. Ou seja, por conta de tensões globais ou mudanças estratégicas dos grandes produtores de petróleo, a dona de casa é obrigada a comprar gás de cozinha por um valor mais alto no país.

Apesar da política insensata, a Petrobras colocou o pé no acelerador e a manteve a despeito dos alertas de especialistas e dos próprios trabalhadores, como nós, petroleiros. No entanto, somente uma medida drástica foi capaz de fazer a Petrobras enxergar a insanidade que vinha cometendo: as greves. Leia este artigo na íntegra em nosso site.



Governo Bolsonaro está destruindo a Comissão Nacional do Benzeno

Em nota divulgada no dia 02/07, a bancada dos trabalhadores na Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz) informou que não há previsão da retomada dos trabalhos da Comissão.

Esses cancelamentos são um grande atraso e mais uma demonstração de que este governo está deliberadamente destruindo os órgãos de participação e representação dos trabalhadores, é uma forma de esvaziar o importante trabalho que a comissão vem desenvolvendo há anos.

No dia 21 de março, foi

realizada em Brasília, uma reunião extraordinária com os coordenadores das três bancadas da CNPBz - governo, empregadores e trabalhadores - para discutir o calendário de reuniões em 2019. No entanto, não se chegou a um consenso e nenhuma reunião da Comissão foi realizada este ano.

É lamentável que uma Comissão, como a CNPBz, que existe desde 1995 seja suspensa pelo atual governo. Esse fato demonstra a falta de preocupação dos atuais gestores públicos com as questões relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores.



A GASOLINA CONTÉM BENZENO - SUBSTÂNCIA CANCERÍGENA.

RISCO À SAÚDE (Artigo 13.1).

Portaria MTPS Nº 1109 de 21/09/2016 - Anexo 2

Festa Junina na Reserva adiada para o dia 13/07 10'ARRAIA DO SINDIPETRO CAXIAS NA RESERVA

Devido à previsão de chuvas na região de Tinguá no dia 05 e 06 de julho, a nossa festa junina será transferida para o próximo sábado, 13/07 a partir das 10 horas, na Reserva dos Petroleiros, em Tinguá.

Mesmo em tempos difíceis é preciso celebrar e confraternizar sempre, para renovarmos nossas energias e estarmos preparados para as batalhas que virão. E é nesse clima que anunciamos que a nossa tradicional festa junina está chegando.

Vai ter comida típica,

brincadeiras e dança para todas as idades. É importante que todos os interessados informem na secretaria do Sindicato os nomes dos familiares que irão. O Sindicato também disponibilizará um ônibus que sairá do centro de Caxias no dia do evento.

Favor confirmar sua presença e de sua família na secretaria do Sindipetro Caxias pelo telefone **3374-4083**.

Para mais informações ligue para **2672-1623**.

Sindicato entra com ação contra venda de Refinarias

Em resposta ao comunicado que a Petrobrás fez ao mercado na última sexta-feira, 28, dando início ao processo de venda de quatro das oito refinarias da empresa que estão sendo privatizadas, os sindicatos da FUP ingressaram com Ação Popular para barrar a entrega dos ativos. No dia 1º de julho, a assessoria jurídica conseguiu despacho junto ao Gabinete da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde o processo foi distribuído, permanecendo no aguardo da análise da tutela de urgência requerida.

A ação cobra a anulação do acordo que a Petrobrás fez com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que autorizou a empresa a vender oito de suas 13 refinarias, o que representa metade da capacidade de refino do país.



Ação Popular foi protocolada pelo escritório Aragão & Ferraro em nome dos dirigentes dos sindicatos de petroleiros filiados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) — Sindipetro Caxias, Sindipetro NF, Sindipetro ES, Sindipetro CE-PI, Sindiqímica-PR e do SITRAMICO-RJ.

A fundamentação da Ação Popular gira em torno do princípio da legalidade, impessoalidade e moralidade, pela lesão efetiva ao patrimônio público; do inquérito administrativo e o dano ao sistema concorrencial; e da extrapolação das competências do Cade na

celebração do acordo, com a falta de cláusulas que indiquem transparência, fiscalização do cumprimento e sigilo indevido diante da supremacia do interesse público.

Segundo "teaser" divulgado pela Petrobrás, a empresa pretende vender as oito Refinarias em duas etapas. Inicialmente, serão colocadas à venda as Refinarias Presidente Getúlio Vargas (REPAR/Paraná), Alberto Pasqualini (REFAP/Rio Grande do Sul), Abreu e Lima (RNEST/Pernambuco) e Landulpho Alves (RLAM/Bahia).

A segunda etapa de vendas, que será anunciada até o final do ano, englobará

as refinarias Isaac Sabbá (REMAN/Amazonas), Gabriel Passos (REGAP/Minas Gerais), a Fábrica de Lubrificantes do Nordeste (LUBNOR/Ceará) e a Unidade de Processamento de Xisto (SIX/Paraná).

Como a FUP vem alertando, a privatização das Refinarias vai colocar em risco a soberania energética do país e aumentar ainda mais os preços dos derivados de petróleo. Mesmo que a REDUC não esteja nesta lista de privatizações neste momento, a luta deve ser conjunta de todos do Sistema Petrobrás, pois não existirá saída individual.

Também entraram com esta mesma ação os sindicatos de petroleiros da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco/Paraíba, Paraná/Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Unificado de São Paulo.

Fique por dentro das nossas lutas por você e toda categoria!



Envie "ADICIONAR" para

[21] **99663-9953**